



Curso: 20203: Programa de Pós-graduação em Administração Pública em Rede Nacional - Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional - Esan

Disciplina: 20203005 - Formulação de Políticas Públicas

Docente(s): Elcio Gustavo Benini / Alberto de Barros Aguirre

Oferta: 2015/1

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Sessão 1- Políticas Públicas
Sessão 2- Formulação de Políticas Públicas
Sessão 3- Implementação das Políticas Públicas
Sessão 4- Avaliação
Sessão 5- Parâmetros das Políticas Públicas Após Constituição de 1988 e Gestão Social
Sessão 6- Federalismo: descentralização e transparência
Sessão 7- Participação e Controle Social na Gestão Pública Contemporânea
Sessão 8- Políticas Públicas Setoriais: educação
Sessão 9- Políticas Públicas Setoriais: saúde
Sessão 10- Políticas Públicas Setoriais: segurança pública
Sessão 11- Políticas Públicas Setoriais: meio ambiente
Sessão 12- Políticas Públicas Setoriais: habitação
Sessão 13- Políticas Públicas Setoriais: seguridade social
Sessão 14- Políticas Públicas Setoriais: trabalho e geração de renda
Sessão 15- Avaliação final da disciplina ofertada.

OBJETIVOS

A disciplina Formulação de Políticas Públicas cumpre função de natureza estruturante, ao situar o acadêmico no estudo das soluções possíveis e, nas perspectivas interdisciplinares e multidisciplinares para proposição de novas soluções aos problemas existentes ou que possam vir a ocorrer, nas organizações públicas.

Portanto, dentre seus objetivos específicos, destacamos estes:

- Compreender as diversas teorias e os modelos utilizados nas formulações de políticas das organizações formais/públicas.
- Apresentar os conceitos básicos que orientam a análise das organizações complexas em suas distintas dimensões.
- Reconhecer a importância do conhecimento teórico-empírico para uma adequada prática administrativa na área das organizações públicas.

E dentre os objetivos gerais:

- Capacitar profissionais para o exercício da prática administrativa avançada nas organizações públicas.
- Contribuir para aumentar a produtividade e a efetividade das organizações públicas e
- Disponibilizar instrumentos, modelos e metodologias que sirvam de referência para a melhoria da gestão pública.

AValiação

A média para aprovação será 7 (sete), de acordo com o seguinte critério avaliativo:

1. Prova (compõe 20% da nota).
2. Atividades presenciais e Ead (compõe 80% da nota) – artigos, seminários, participação e intervenções dos alunos, resenhas e mapas mentais entregues no prazo.



METODOLOGIA

-

BIBLIOGRAFIA

Sessão 1

1. SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul.-dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 4 ago. 2014.
2. SOUZA, Celina. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul.-dez. 2003. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cadernocrh.ufba.br%2Finclude%2Fgetdoc.php%3Fid%3D773%26article%3D273%26mode%3Dpdf&ei=so4AVNfDN4WQgwSD9IKIDQ&usg=AFQjCNFTVnyS2H-nrfrUahJlaZpXmEx_Lw&sig2=pSin4xXnvIMIWWDVh04-tw>.
3. ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. RBCS, v. 18, n. 51, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v18n51/15981>>.

Sessão 2

1. OLLAIK, Leila Giandoni; MEDEIROS, Janann Joslin. Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Rev. Adm. Pública [on-line], v. 45, n. 6, p. 1.943-1.967, 2011. ISSN 0034-7612. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122011000600015>>.
2. REIS, Elisa P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. RBCS, v. 18 n. 51, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v18n51/15982.pdf>>.
3. CAPELLA, Ana Claudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. Bib São Paulo, n. 61, p. 25-52, 1o semestre 2006. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/portal/images/bib61.pdf>>.

Sessão 3

1. QUEIROZ, Roberta Graziella Mendes; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. Inovação no setor público: uma análise do choque de gestão (2003-10) sob a ótica dos servidores e dos preceitos teóricos relacionados a inovação no setor público. Rev. Adm. Pública [on-line], Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 679-705, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122010000300007>>.
2. SARAIVA, Enrique ; FERRAREZI, Elisabete Ferrarezi (Org.) Políticas públicas: coletânea. Brasília, DF: ENAP, 2006. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2857>.

Sessão 4

1. PIERANTONI, Celia Regina; VIANNA, Ana Luiza. Avaliação de processo na implementação de políticas públicas: a implantação do Sistema de Informação e Gestão de Recursos Humanos em Saúde (SIG-RHS) no contexto das reformas setoriais. Physis [on-line], v. 13, n. 1, p. 59-92, 2003. ISSN 0103-7331. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312003000100004>>.
2. ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo da avaliação. In: RICO, E. M. (Org.). Avaliação das Políticas Sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1999. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/Arretche_1998.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2014.
3. FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes a prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, DF, n. 21, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.en.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>.

Sessão 5

1. BREUS, Thiago Lima. Políticas Públicas no Estado Constitucional: a problemática da concretização dos Direitos Fundamentais Sociais pela Administração Pública Brasileira Contemporânea. 2006. 253 f. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) – Programa de Pós-graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2006. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas-no-estado-constitucional-problem%C3%A1tica-daconcretiza%C3%A7%C3%A3o-dos>>.



direitos-fund>. Leitura do Capítulo III do Título 3.

2. LIMA, Giovanna de Moura Rocha. Continuidade de políticas públicas: a constitucionalização importa? 2011. 73 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8228/62090100002.pdf?sequence=1>>. Leitura apenas do item três.

3. PERRUCHO FILHO, Jacomo Mutti. Gestão Social e políticas públicas: agência de desenvolvimento social. 2004. 292 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PGSS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87539/210579.pdf?sequence=1>>. Leitura do item 2.3.

Sessão 6

1. KUGELMAS, Eduardo; SOLA, Lourdes. Recentralização/descentralização: dinâmica do regime federativo no Brasil dos anos 90. Tempo Social, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 63-81, out. 1999. ISSN 0103-2070. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701999000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>.

2. ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo Perspec. [on-line], v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004. ISSN 0102-8839. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000200003>>.

3. ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. esp. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000700005&lng=pt&nrm=iso>.

Sessão 7

1. FEDOZZI, Luciano et al. Participação, cultura política e cidades. Sociologias, Porto Alegre, v. 14, n. 30, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222012000200002&lng=pt&nrm=iso>.

2. TEIXEIRA, Solange Maria. Descentralização e participação social: o novo desenho das políticas sociais. Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 10, n. 2, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000200003&lng=pt&nrm=iso>.

Sessão 8

1. SCHLEGEL, Rogerio. Educação como política pública: por que os retornos políticos merecem ser avaliados. E-Legis, n. 7, p. 7-21, 2. sem 2011. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/>>.

2. MELLO, Guiomar Namó de. Políticas Públicas de Educação. Estudos avançados v. 5, n. 13, 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n13/v5n13a02.pdf>>.

3. MARTINS, Paulo de Sena. O financiamento da educação básica como política pública. RBPAE, v. 26, n. 3, p. 497-514, set.-dez. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/viewFile/19795/11533>>.

Sessão 9

1. CAETANO, Rosângela; DAIN, Sulamis. O Programa de saúde da família e a reestruturação da atenção básica a saúde nos grandes centros urbanos: velhos problemas, novos desafios. Physis, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312002000100002&lng=pt&nrm=iso>.

2. DOWBOR, Monika. Da inflexão pré-constitucional ao SUS municipalizado. Lua Nova, São Paulo, n. 78, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000300010&lng=pt&nrm=iso>.

3. ARAUJO, Eliane Cardoso de et al. Políticas públicas de saúde no Brasil: SUS e pactos pela saúde. Disponível em: <http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/modulo_politico_gestor/Unidade_4.pdf>.

Sessão 10

1. CARVALHO, Vilobaldo Adelidio de; SILVA, Maria do Rosário de Fatima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 1, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802011000100007&lng=pt&nrm=iso>.

2. AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Prevenção integrada: novas perspectivas para as políticas de segurança no Brasil. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 9, n. 1, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802006000100004&lng=pt&nrm=iso>.



Sessão 11

1. LEME, Taciano Neto. Os municípios e a Política Nacional de Meio Ambiente. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, DF: IPEA, n. 35, jul.-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/196/191>>.
2. MALHEIROS, Tadeu Fabricio; PHILIPPI JR., Arlindo; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. Saúde Sociedade, São Paulo, v. 17, n. 1, mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000100002&lng=pt&nrm=iso>.

Sessão 12

1. DRUMOND, Alexandre Matos; SILVEIRA, Suely de Fatima Ramos; SILVA, Edson Arlindo. Predominância ou coexistência? Modelos de administração pública brasileira na Política Nacional de Habitação. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, fev. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000100001&lng=pt&nrm=iso>.
2. HONDA, Sibila Corral de Area Leão. Política habitacional de baixa renda e a atuação do capital privado: o Programa de Arrendamento Residencial em Presidente Prudente (SP). Urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana, Curitiba, v. 5, n. 1, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692013000100008&lng=pt&nrm=iso>.
3. BUGS, Geisa; REIS, Antônio Tarcísio da Luz. Avaliação da participação popular na elaboração de planos de habitação de interesse social no Rio Grande do Sul. Urbe - Rev. Bras. Gest. Urbana, Curitiba, v. 6, n. 2, ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692014000200010&lng=pt&nrm=iso>.

Sessão 13

1. LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Dilemas da institucionalização de políticas sociais em vinte anos da Constituição de 1988. Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000300008&lng=pt&nrm=iso>.
2. SILVA, Ademir Alves da. A reforma da previdência social brasileira: entre o direito social e o mercado. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 3, set. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300003&lng=pt&nrm=iso>.
3. SILVA, Sheyla Suely de Souza. Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 113, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000100004&lng=pt&nrm=iso>.

Sessão 14

1. CARLOTO, Cassia Maria; GOMES, Anne Grace. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 105, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100008&lng=pt&nrm=iso>.
2. LACHTIM, Sheila Aparecida Ferreira; SOARES, Cassia Baldini. Valores atribuídos ao trabalho e expectativa de futuro: como os jovens se posicionam? Trab. Educ. Saúde [on-line], Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, out. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462011000200007&lng=pt&nrm=iso>.
3. RIBEIRO, Marlene. Políticas públicas em trabalho, educação e tecnologia: uma história em movimento. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462006000200004&lng=pt&nrm=iso>.